

Nesta edição:

O que é a Abong

página 2

A vez das ONGs - conheça e apóie,

por Herbert de Souza
página 3

O Estado, a sociedade civil e as ONGs,

por Silvio Caccia Bava
página 4

O papel da sociedade civil no governo FHC,

por Emerson Kapaz
página 6

O papel da sociedade civil no governo FHC,

por Vicente de Paula
página 7

A Abong e as relações internacionais,

por Sonia Corrêa
página 10

Banco de Informações

página 11

Meio ambiente e sociedade: Agenda 95,

por Elizabeth Grimberg;
Nilo Sérgio Diniz e Roberto
Kishinami
página 12

Os planos da atual gestão

página 8



O que é a ABONG

Com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia, constituiu-se, em agosto de 1991, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG). Sua criação não foi um ato repentino, mas fruto de diálogos e articulações abertas entre várias ONGs que vinham ocorrendo no país desde 1986.

A ABONG, que reúne atualmente 210 ONGs, com destacada atuação na esfera pública, não pretende se constituir na única e exclusiva associação nacional de organizações não governamentais. Nem sequer reivindicar o monopólio da articulação dessas organizações.

Seus principais objetivos são:

1. constituir foros de debates e grupos de tra-

balho para o aprofundamento de temas importantes da realidade nacional e da cooperação internacional;

2. servir de veículo de expressão, em níveis nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs frente à problemática do desenvolvimento da sociedade brasileira;

3. animar a coordenação nacional, regional e especializada entre as ONGs;

4. estimular o diálogo e a cooperação com ONGs em nível internacional e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de desenvolvimento;

5. defender os interesses comuns de suas associadas, representando esses interesses perante a opinião pública e o Estado;

6. facilitar a orientação e defesa legal de suas associadas.

Como se filiar à ABONG

A Associação está aberta à filiação de organizações que:

1) sejam autônomas frente ao Estado, às igrejas, aos partidos políticos e aos movimentos sociais;

2) mantenham compromisso com a constituição de uma sociedade democrática, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo;

3) tenham caráter público em relação aos seus objetivos e ação;

4) possuam personalidade jurídica própria como sociedade civil sem fins lucrativos;

5) tenham ao menos 2 anos de experiência comprovada.

O pedido de admissão é apreciado mediante o envio de:

1) carta-proposta de filiação;

2) plano de atividade detalhado da entidade, cópia do seu estatuto, cópia da ata de eleição de seus dirigentes;

3) carta de apresentação de duas entidades associadas.

O Conselho Diretor da ABONG, que se reúne a cada dois meses, é responsável pela aceitação ou não da entidade postulante.

Caso alguma entidade que deseje se filiar à ABONG seja legalmente dependente de instituição de foro internacional, faça parte orgânica de igreja, ou seja subsidiária de organismos acadêmicos ou partidários, a Associação tem a oferecer a condição de sócia colaboradora.

A Associação estabelece níveis de contribuição diferenciados, respeitando o orçamento das ONGs. Enviaremos à postulante o valor da taxa anual que corresponde à sua categoria.

A nova diretoria

A instância máxima deliberativa da ABONG é a Assembléia Plenária das entidades filiadas. Para a coordenação dos trabalhos da Associação, existe o Conselho Diretor, constituído pela Diretoria Executiva e pelos Representantes Regionais. Damos a seguir os nomes dos novos integrantes desses organismos, com a designação, entre parênteses, das ONGs a que pertencem.

Diretoria Executiva:

- Silvio Caccia Bava (Pólis - SP) - presidente
- Maria Emília Lisboa Pacheco (Fase - RJ) - secretária
- Sérgio Haddad (Ação Educativa - SP) - tesoureiro
- Benno Asseburg (Ceca - RS)
- Magnólia Said (Esplar - CE)
- Maria Irony Bezerra (Cedac - RJ)
- Sônia Correa (Ibaac - RJ)
- Vandevaldo Nogueira (Centro de Cultura Luiz Freire - PE)

Representantes Regionais:

Norte:

- Elias Araújo (Unipóp - PA)
- Vera Tavares (SDDH - PA)

Nordeste:

- Normando Batista (Cecup - BA)
- Telma Castelo Branco (Caatinga - PE)

Sudeste:

- Maurício Lissovsky (Iser - RJ)
- Diva Móreira (Casa Dandara - MG)

São Paulo:

- Nalu Faria (Sof - SP)

Sul:

- Conceição Paludo (Camp - RS)

Centro-Oeste:

- Yara Pietricovsky de Oliveira (Inesc - DF)
- Fátima T. Schrader (GSP - MT)

Nosso endereço

A ABONG transferiu sua sede do Rio de Janeiro para São Paulo. Nosso endereço agora é o seguinte: **Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684, Itaim, São Paulo-SP CEP: 04530-001 Tel: 829-9102 Telefax: 822-6604 E. mail: abong@ax.apc.org**

O *Jornal da ABONG* é uma publicação bimestral da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.

Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684, Itaim, São Paulo, SP, CEP: 04530-001. Tel: (011) 829-9102. Telefax: (011) 822-6604. E-mail: abong@ax.apc.org

Diretoria Executiva da ABONG: Silvio Caccia Bava (presidente), Maria Emília Lisboa Pacheco (secretária), Sérgio Haddad (tesoureiro), Benno Asseburg, Magnólia Said, Maria Irony Bezerra, Sônia Correa, Vandevaldo Nogueira.

Equipe do Jornal: José Tadeu Arantes (editor), Sérgio Gonzales (projeto gráfico), Jâmi Roberto

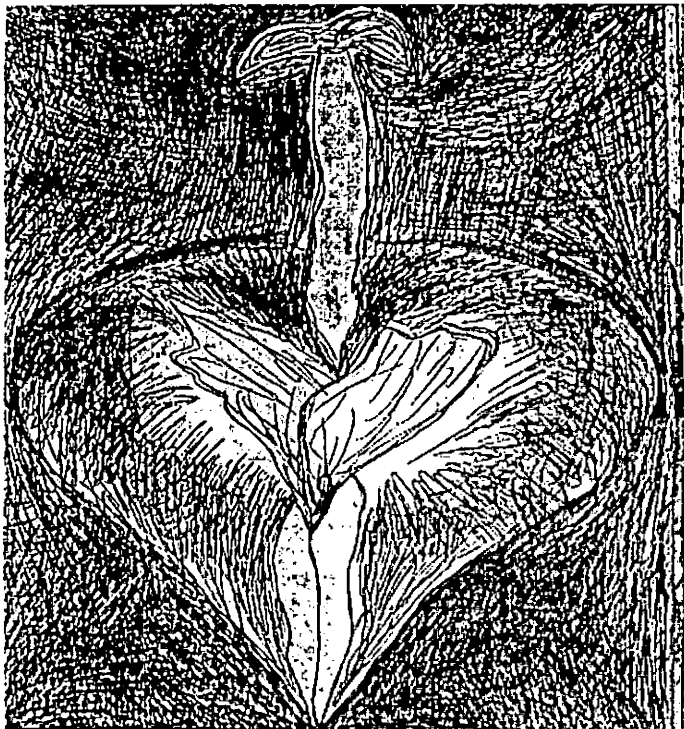
(dos Santos) e Lucia Silveira da Motta (edição eletrônica), Jume Tuga Tamoto (secretária).

Impressão: Gráfica e Editora Peres Ltda. Tiragem: 3000 exemplares.

É encorajada a reprodução total ou parcial dos artigos desta publicação, desde que citada a fonte.

A Vez das Ongs Conheça e Apóie

HERBERT DE SOUZA



João Tadeu Arantes

As organizações não governamentais (ONGs) surgiram no Brasil da militância contra a ditadura, contra o poder autoritário do Estado. Não puseram placas na entrada, evitaram contato com o mundo oficial, particularmente com o governo, e lutavam contra a ordem dominante: econômica e política. Lutavam pela democracia em plena ditadura. Com esse perfil, não conseguiam recursos dentro do país. Foram apoiadas pelas ONGs internacionais, o dinheiro de fora, o apoio de fora. Se dependessem de apoio oficial brasileiro, ou seus responsáveis iriam para a cadeia ou morriam de fome. Nesse tempo, as ONGs criaram as parcerias políticas com igrejas, sindicatos, associações de bairro, movimentos dos negros, das mulheres, movimentos indígenas, dos sem-terra, e sobreviveram graças ao apoio da cooperação internacional e à quase clandestinidade nacional. Estavam de costas para o mercado, que se

valia da ditadura, e contra o Estado, que era a própria ditadura.

Nos tempos da abertura, início da democracia, as ONGs começaram a mostrar sua cara em público e a falar mais alto sobre seus projetos, suas propostas, sua razão de ser. E foi aí que uma transição complicada se apresentou. Deveriam ser cada vez mais apoiadas por dentro e depender cada vez menos de fora. Para isso, era fundamental mostrarem sua cara em público, responderem mais às perguntas e aos desafios do público interno e, além disso, começarem a dialogar com o novo Estado, com o governo, com o mundo oficial.

O resultado estamos vendo agora: hoje as ONGs são confundidas com entidades filantrópicas, creches, fundações empresariais, projetos beneméritos. Tudo o que é não-governamental é ONG. Todas as entidades da sociedade civil sem fins de lucro são ONGs, e como esse saco é grande demais sobram desconfiança,

crítica e confusão para todos os lados.

Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia - liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade.

Cada sociedade tem suas ONGs e o Brasil tem as ONGs que conseguiu produzir ao longo dos últimos 20 anos. A Associação Brasileira de ONGs (ABONG) hoje articula mais de 200 ONGs registradas, reconhecidas como tal por suas parceiras. Essas, podemos dizer que são íntegras, capazes, eficientes, flexíveis, comprometidas efetivamente com seus objetivos sociais, prestam contas a quem lhes oferece recursos. São ONGs no sentido pleno do conceito, não são ONGs de fantasia para fins de lucro de alguém.

Apesar de viverem buscando recursos para existir, as ONGs, talvez por isso mesmo, são organizações que exibem excelências: são éticas, têm credibilidade, criatividade, imensa capacidade de trabalho, sabem inovar, são geradoras de uma nova política e de uma nova cultura. As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonhamos.

Como tudo o que existe, têm virtudes e vícios, acertos e erros. Mas seu saldo é, sem dúvida, positivo. São a realidade do futuro. Elas têm essa possibilidade. Elas estão na origem e participam hoje ativamente do Movimento pela Ética na Política, da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida e do Movimento Viva Rio, entre tantos que nasceram nos últimos anos.

É fundamental distinguir, diferenciar as ONGs das outras instituições para se fazer justiça a quem luta diariamente pela construção de uma nova sociedade. Quem não for capaz de fazer essa diferença, está em tempo: é só pesquisar, perguntar, visitar. Estamos de portas abertas, queremos ser públicas e queremos transparência. ■

Herbert de Souza (Betinho) é sociólogo, secretário executivo do IBASE, articulador nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida e presidente de honra da ABONG. (Este artigo foi publicado no jornal O Estado de S. Paulo, de 1º/dez./1994).

O Estado, a Sociedade Civil, e as ONGs

SILVIO CACCIA BAVA

Três pontos de vista apresentam-se hoje no debate sobre a relação entre a Sociedade Civil e o Estado. O mais em voga é o do *Estado mínimo*, preconizado pelos teóricos do neo-liberalismo. Já em declínio, porém ainda marcando o ideário de importantes forças políticas, existe a defesa de um *Estado forte*, com destacada presença nas atividades econômicas. Finalmente, fruto de todo um movimento de busca de novos paradigmas e também, no Brasil, de experiências concretas de gestão democrática no âmbito municipal, vem-se desenhando a proposta do *Estado regulado por esferas públicas não estatais*.

A tônica da ideologia neo-liberal é a afirmação do mercado como instância reguladora da vida social. Quanto menos o Estado interferir nos mecanismos do mercado, melhor. Porém, num país em que os setores produtivos estão organizados na forma de oligopólios e cartéis, são eles que controlam o mercado, não o mercado a eles. Assim, livre concorrência quer dizer aqui liberdade de atuação dos oligopólios.

Além disso, no plano dos interesses imediatos, há áreas de produção de bens e serviços públicos que, pela sua escala e rentabilidade, passaram a interessar aos grandes conglomerados financeiros e empresariais. Falamos de sistemas como a telefonia, a geração de energia, a produção de aço ou petróleo. O Estado realizou o investimento inicial de montagem destes enormes aparatos industriais. Modernizou-os num segundo momento. Agora, sua operação requer pouco capital comparativamente aos lucros que gera.

A lógica que preside as privatizações no Brasil é ainda mais perversa porque o governo vem aceitando bônus da dívida pública como parte do pagamento das estatais. Esses papéis, no mercado internacional, não alcançam nem 20% de seu

valor nominal. O que ocorre de fato é uma transferência favorecida de empresas estatais para os grupos econômicos mais fortes.

Tal processo converge com as medidas econômicas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional, que enfatizam ainda a redução do gasto público, a con-

"Nesta nova conjuntura, coloca-se para as ONGs o desafio de se tornarem cada vez mais competentes, especializadas e propositivas."

tenção salarial, a abertura do mercado e o fim das barreiras protecionistas. Sua aplicação tem levado a um movimento acelerado de concentração da riqueza e disseminação da pobreza, que aprofunda o *apartheid* social e nega a cidadania.

Uma segunda proposta, do Estado forte, defendida até há pouco tempo pela maior parte da esquerda, caiu em descrédito com a derrocada do "socialismo real" e a crise da social-democracia. Sua tônica é a afirmação do Estado como instância reguladora da atividade econômica e da vida social. As consequências da hipertrofia estatal tornaram-se bem conhecidas: desmandos burocráticos, incompetência administrativa, apatia social, devastação do meio ambiente, obsolescência tecnológica, deficiências crônicas no abastecimento.

O modelo do Estado forte apresenta-se historicamente associado à ideologia do partido único como portador do conhecimento e condutor dos movimentos sociais. Os principais interessados na defesa de tais concepções são obviamente os

dirigentes das forças políticas que reivindicam esse papel. Assim esperam impor seu domínio sobre o Estado e a sociedade. No Brasil, experiências recentes de gestão democrática em governos municipais têm contribuído para mudanças significativas nesse ponto de vista, mas permanece ainda, de maneira mais ou menos explícita, uma visão da sociedade como maioria silenciosa beneficiária da ação do Estado, mera consumidora de políticas públicas decididas e implementadas de cima para baixo.

Na busca de novos paradigmas para as transformações sociais, desenha-se um outro caminho de relação entre o Estado e a sociedade civil. Caminho que atribui à sociedade o papel de instância reguladora das ações do Estado, com vistas à defesa dos interesses públicos e à construção de uma nova maneira de viver: mais justa, mais livre, mais participativa, mais solidária, mais criativa.

Essa proposta parte do reconhecimento da sociedade civil como um espaço plural e diferenciado, no qual existem distintos interesses em conflito, e aposta na negociação como meio de superação das desigualdades. Por mais utópica que possa parecer à primeira vista, trata-se de uma forma possível de revolução democrática. Em espaços públicos construídos e controlados pela própria sociedade civil, democratizados pelo acesso às informações e participação dos até então excluídos, um processo inevitavelmente árduo, sinuoso e prolongado de negociação permitirá estabelecer aquilo que ficou conhecido, no México, como "consensos progressivos": acordos sempre provisórios através dos quais vão-se afirmando os interesses públicos sobre os interesses privados das classes dominantes.

Entre os atores que impulsionarão esse processo, estarão certamente aqueles para os quais a conquista da plena cidadania só pode se dar na medida que a gestão da

coisa pública se volte de fato para os interesses públicos. Isso não será assegurado pela estatização da sociedade. Mas, ao contrário, pela civilização do Estado, por sua crescente submissão ao controle da sociedade civil.

A perspectiva de regulação do Estado pela sociedade civil apresenta grandes desafios para as organizações não governamentais brasileiras. Nascidas na luta contra o regime autoritário e comprometidas com o interesse público, essas entidades autônomas, privadas e sem fins lucrativos encontraram no movimentos sociais e organizações populares seus parceiros privilegiados. Com eles estabeleceram, desde cedo, uma relação de trabalho conjunto. Mais recentemente, a conquista pelos setores populares organizados de novos espaços institucionais (participação no Parlamento e em administrações municipais) ampliou a responsabilidade das ONGs. Da análise crítica da sociedade e do Estado, elas foram chamadas a participar da elaboração de propostas concretas de políticas públicas.

Mais do que isso: ao integrar um amplo processo de articulação da sociedade civil - que tomou impulso no Brasil a partir dos anos 80, resultando em estruturas coletivas como o Fórum Brasileiro de Movimentos Sociais e ONGs em Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento ou o Fórum Nacional de Reforma Urbana - as organizações não governamentais foram desafiadas pela conjuntura a se transformarem, elas próprias, em atores sociais. Quando se constituiu a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, elas já haviam consolidado essa posição, exercendo, desde o início, um papel fundamental para o sucesso da campanha.

Vivemos agora um novo ponto de inflexão. Fernando Henrique Cardoso já deixou clara sua disposição de envolver as ONGs na execução de políticas sociais. Isso não é novidade na América Latina, onde os ajustes estruturais impostos pelo FMI têm trazido o aprofundamento da pobreza e da exclusão social, demandando medidas assistenciais que possam atenuar seus efeitos mais danosos. E a orientação adotada pelos Estados latino-americanos vem sendo retirar-se da prestação direta de serviços públicos e transferir para as organizações não governamentais essa res-



Alto contraste a partir de Antoni Tapies

ponsabilidade. Na Colômbia, as ONGs já respondem pela gestão de cerca de 20% do orçamento destinado a políticas sociais. Se isso ocorresse no Brasil, estaríamos às voltas com cifras da ordem de 20 bilhões de dólares.

Frente a um quadro social dramático, que se condensa no número de 32 milhões de miseráveis, e a uma situação de sucateamento dos serviços essenciais à população, as ONGs vêm reconhecendo progressivamente a importância dos programas assistenciais e se envolvendo com eles. A Ação da Cidadania é uma demonstração disso. A questão que se coloca é se esse envolvimento significará o fim da autonomia das ONGs e sua redução ao papel de mero braço executor de políticas do Estado ou se tal participação expressará mais um campo de disputa conquistado pelas forças democráticas.

Da campanha das diretas, passando pelo *impeachment* de Collor, até a ação contra a fome, talvez o Brasil seja hoje o país cujo povo vem demonstrando a maior capacidade de mobilização na luta pela cidadania. No curso de um processo contraditório, anguloso, surpreendente, toda uma nova cultura política está sendo gerada - uma cultura que resgata e atualiza

valores como justiça, liberdade, participação, solidariedade, criatividade. A democracia deixa de ser vista como um modelo político para ser compreendida como processo permanente de ampliação dos direitos e responsabilidades, no qual os limites, sempre provisórios, são dados pela força ou fraqueza momentâneas dos setores em confronto.

A articulação das ONGs comprometidas com a democracia e destas com os demais atores da luta democrática é imperativa para que possam se contrapor agora ao projeto neo-liberal e às tendências conservadoras que ele já está promovendo no seio da sociedade civil. Nesta nova conjuntura, colocam-se para as organizações não governamentais os desafios de amadurecerem como atores coletivos com voz própria, tornarem-se cada vez mais competentes, especializadas e propositivas, participarem ativamente das articulações democráticas, empenharem-se junto com outras forças da sociedade civil na construção de espaços públicos não estatais de negociação e adotarem como princípio ético inegociável a primazia do público sobre o privado. ■

Silvio Caccia Bava é sociólogo, e presidente da ABONG.

O papel da sociedade civil no governo FHC - I

EMERSON KAPAZ

As lideranças da sociedade civil desejam para o período da administração FHC uma nação mais justa e um Estado maduro, forte, enxuto e eficiente. Isso não acontecerá sem a co-responsabilidade dos cidadãos.

Entretanto, a expressão política da sociedade, o Congresso Nacional, não caminha necessariamente e com a mesma velocidade no rumo das mudanças pretendidas. Há que se reconhecer, na base desse fenômeno, a imaturidade política da sociedade. De nada adianta querermos um Estado bem administrado, quando o cidadão não cobra e, pior ainda, não tem força política para cobrar.

Portanto, o primeiro e um dos maiores desafios que se colocam hoje para a sociedade como um todo passa pelo seu amadurecimento político e, conseqüentemente, pela renovação dos partidos políticos existentes.

A sociedade civil terá a oportunidade de mobilizar-se e pressionar por mudanças nos partidos políticos, que irão desde a próxima eleição para a presidência da Câmara e do Senado, passando pela reformulação da própria legislação partidária até a reorganização das legendas e do sistema eleitoral. Trata-se de transformar os partidos em canais de representação efetiva das demandas dos diversos setores da sociedade.

A sociedade civil tem, ainda, um segundo desafio: encontrar um novo equilíbrio de forças entre Estado e sociedade. Não podemos esquecer que o Brasil foi um país colonizado, com hierarquias muito bem definidas e um sistema paternalista de poder do Estado que sobreviveu ao Império e se transplantou à República.

Começamos a descobrir que o Estado deve estar a serviço da sociedade e não o contrário, como tem sido. O passo dos anos 90 é o de colocar a força da cidadania acima das pressões de cartórios e cartéis. Trata-se de inverter o jogo de forças em

que tradicionalmente o corporativismo dá as cartas e a sociedade paga à conta.

No entanto, há uma dificuldade de auto-organização. Sempre digo que a organização da sociedade civil é cardíaca.

Quando se encontra um objetivo, ocorre a mobilização, para logo a seguir desfazer-se.

Assim, talvez a nova tarefa da sociedade civil seja a de conseguir um mínimo de organização, a fim de tornar suas ações mais eficazes e permanentes no tempo. Essa tarefa ganha não só importância como sobretudo urgência, diante das dificuldades crescentes que a sociedade civil poderá encontrar para se contrapor ao corporativismo que insiste em colocar o Estado a serviço de poucos.

Neste processo, a ABONG pode ter um papel relevante, seja no sentido de sistematizar e canalizar as atuações isoladas das ONGs,

"O passo dos anos 90 é o de colocar a força da cidadania acima das pressões dos cartórios e dos cartéis."

seja para buscar, junto com outros setores da sociedade civil, mecanismos de articulação e mobilização permanentes.

Por último, é preciso recordar que Fernando Henrique foi eleito no bojo do movimento político de revitalização da

cidadania. Espera-se também que ele propicie as mais amplas condições para uma atuação constante da sociedade civil. Isso significa que FHC precisará impulsionar uma descentralização do governo



José Tadeu Arantes

que permita a atuação da sociedade, seja em conselhos junto aos diversos ministérios, seja nas câmaras setoriais ou ainda junto a Estados e Municípios, os quais deverão ter maiores fontes de recursos mas também maiores responsabilidades quando se operar a reforma do Estado. ■

EMERSON KAPAZ é coordenador do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) e secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo, presidente da Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) e membro da CEI do Executivo, por indicação do Movimento pela Ética na Política.

O papel da sociedade civil no governo FHC - II

VICENTE DE PAULA

Com Lula na Presidência da República, estou seguro de que as organizações da sociedade civil seriam chamadas a assumir um papel central na condução das mudanças de con-

mocracia e justiça social feitos em seminários de intelectuais, por mais respeitáveis que sejam seus autores.

Isto porque ainda existe um enigma a respeito dos rumos de Fernando Henrique.

Foi eleito a partir de aliança com os setores mais conservadores do país, lançou um plano de estabilização com características de manipulação eleitoral e teve o patrocínio escandaloso dos grandes monopólios de comunicação. No fundamental, seu discurso esteve muito mais perto do neo-liberalismo do que das propostas social-democratas clássicas.

Existem então boas chances de manter esse posicionamento, o que levará as entidades sindicais, os movimentos populares, as organi-

zações dos sem-terra, dos ambientalistas,

alguns momentos de identidade ou iniciativas comuns.

Porque uma coisa precisa ficar bem clara: se o arrocho salarial for eleito como âncora do combate à inflação, se os funcionários públicos e de estatais forem escolhidos como alvo principal na reforma do Estado, se a aliança com o PFL significar cumplicidade com os crimes do latifúndio, é lógico que haverá resistência, luta e conflitos. Se a política econômica prosseguir concentrando renda, é claro que iniciativas como a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida deverão manter a maior distância possível do Executivo Federal.

Se, por outro lado, o novo governo demonstrar sensibilidade perante os problemas estruturais que levam ao crescimento da pobreza, da exclusão e do desemprego já há mais de uma década, então logicamente nossa atitude será outra, viabilizando-se um diálogo mais franco e abrangente a respeito de propostas concretas.

Mas, mesmo nesse caso, não se pode perder de vista os riscos da cooptação. Porque o fortalecimento das atividades da sociedade civil de maneira independente do Estado, com conteúdo crítico e fiscalizador, é uma tarefa cada dia mais essencial em qualquer processo consistente de fortalecimento da democracia, que não se confunde com a superficialidade de eleições, onde a mídia tem mais penetração e peso decisório do que as idéias, as propostas e mesmo o passado dos candidatos. ■

"Se a aliança com o PFL significar cumplicidade com os crimes do latifúndio, é lógico que haverá resistência."

a maioria das ONGs brasileiras a se manterem no mesmo comportamento que tem marcado nossa ação nos últimos governos: oposição e falta de convergência como regra mais geral, sem prejuízo de

teúdo democrático e popular que teriam início. Com Collor, como todos já sabem, essas organizações foram ignoradas e ostensivamente desprezadas. Com Fernando Henrique, provavelmente ocorrerá um terceiro cenário. Nem tanta valorização, nem tanto repúdio.

É muito importante, portanto, ter consciência dos desafios que teremos pela frente, buscando antever os rumos das políticas econômica e social que serão implementadas.

Como num jogo de xadrez, o lance cabe agora ao governo eleito. A atitude da sociedade civil dependerá do conteúdo concreto que as medidas de governo forem adotando. E não dos discursos sobre de-



Vicente de Paula (Vicentinho) é operário e presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

As Metas da Atual Gestão

CIBELE SALIBA RIZEK

Numa reunião realizada na sede da ABONG, em São Paulo, nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 1994, o Conselho Diretor da entidade definiu o plano de atuação da atual gestão. Foram estabelecidas as metas a serem alcançadas até agosto de 1996. Estas agrupam-se em sete áreas temáticas, sintetizadas a seguir.

1) Estímulo ao debate

Esse primeiro desafio decorre da necessidade de alimentar o debate a respeito de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Como essa questão demanda a explicitação de diferentes posições, além de se irradiar por diversos outros temas, é imprescindível a criação de espaços a partir dos quais discussões e propostas possam ser elaboradas. Neles, deve-se ainda refletir sobre o papel e o lugar das ONGs na formulação de políticas públicas ancoradas na participação popular, incorporando, entre outros, os temas étnico e de gênero.

Para que estas metas se concretizem, o Conselho Diretor se propôs enfrentar a discussão das políticas sociais do governo FHC, o que permitirá à ABONG constituir-se como interlocutor qualificado diante do novo quadro de relações que agora se instala.

Quanto ao debate internacional, os esforços terão em vista a socialização de seus principais elementos entre as filiadas, como também a realização de um grande seminário sobre o tema "Desenvolvimento Mundial e sua Realização no Brasil". As comunicações e discussões que nele forem efetuadas serão publicadas em dois volumes gêmeos.

2) Representação das ONGs no espaço público

Essa meta se desdobra, do ponto de vista interno, na formulação de consensos que traduzam de forma concreta as necessidades e aspirações das associadas. Por outro lado, tal organicidade é imprescindível para que a ABONG possa lutar por maior representação da sociedade civil nos espaços onde se formulam as políticas públicas, reivindicando o reconhecimento pelo Estado do trabalho das ONGs, bem como conquistando capacidade de influenciar a política brasileira de cooperação.

O enfrentamento desses grandes desafios deverá se traduzir na elaboração de um documento de avaliação da participação das ONGs e da ABONG no interior das instâncias de decisão de políticas públicas, na preparação e realização de um debate sobre "Participação popular, sociedade civil e poder local", na participação de delegados das ONGs e da ABONG na preparação e realização da Conferência Nacional de Assistentes Sociais e na presença e participação formal de representantes da Associação nos fóruns governamentais de formulação e implementação da política brasileira de cooperação.

3) Consolidação da ABONG.

A consolidação institucional da ABONG foi compreendida pelo Conselho Diretor como um conjunto de elementos, que incluem sua sustentação financeira (por meio inclusive de uma redefinição das formas de contribuição das associadas, no sentido de permitir que, gradativamente,

daí provenham recursos para, em dois anos, cobrir cerca de 60% dos custos fixos da entidade), a ampliação do número de associadas (de acordo com os critérios estatutários) e a socialização das informações sobre ONGs, redes nacionais e internacionais de que participam, formas de financiamento e cooperação nacionais e internacionais.

O desafio central é, assim, o crescimento da ABONG e de sua organicidade. Para enfrentá-lo, foram estabelecidas medidas como a implantação de um banco de dados informatizado em todas as regionais da ABONG, a meta de pelos menos 4 ONGs filiadas por estado e 10 por região, a definição da estrutura e funcionamento das regionais, a agilização da comunicação entre a Associação e suas filiadas e, finalmente, a definição das formas e competências da sua representação nos âmbitos nacional, regional e local.

4) Ações conjuntas

Esse bloco se refere à articulação entre a ABONG e outros atores comprometidos com a democratização do país. Consolidar alianças, construir novas possibilidades de ação conjunta com os movimentos sociais e populares é um de seus eixos, que contempla também a luta pela integração dos segmentos sociais e étnicos mais severamente excluídos da sociedade brasileira. Esses princípios, que nortearam a fundação e se fazem sentir nos estatutos da ABONG, deverão se expressar, durante a atual gestão, num conjunto de medidas que englobam a constituição de um Conselho de Referência, com a presença de pessoas e entidades expressivas do campo democrático, a tomada de posição da

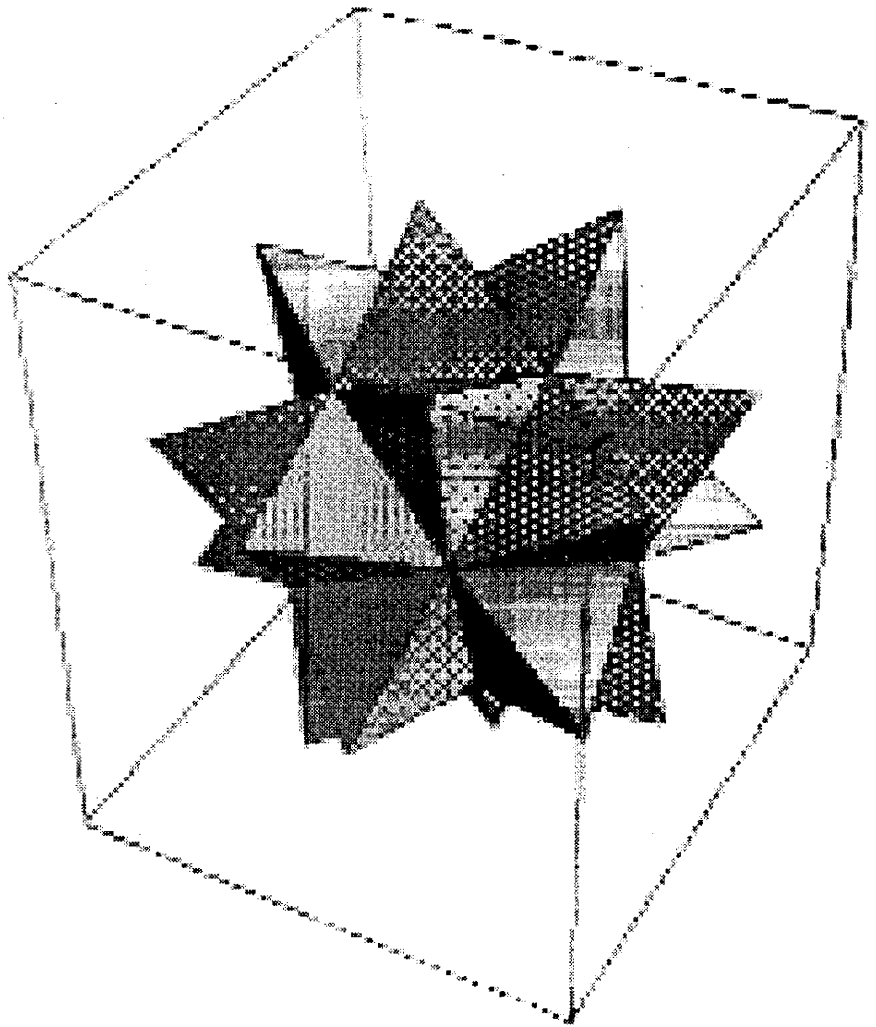
ABONG em relação a sua participação na Ação da Cidadania, e a articulação das entidades filiadas por temas, de modo a potencializar a eficácia do apoio aos movimentos sociais e aos fóruns por eles constituídos.

5) Fortalecimento da articulação internacional

Dotar as ONGs brasileiras de visibilidade fora do país, defender os interesses das filiadas diante da cooperação internacional e participar de uma articulação latino-americana de associações nacionais de ONGs constituem os objetivos centrais enunciados neste campo. As metas que os traduzem podem ser resumidas: pela construção de uma imagem afirmativa e independente das organizações não governamentais brasileiras aos olhos das agências norte-americanas; pela gestão, junto às agências de financiamento, de critérios de avaliação dos projetos, no sentido de conferir maior sustentabilidade às ONGs. Estes dois resultados deverão ser perseguidos por todo o período de vigência do atual plano. Face à articulação latino-americana, dois elementos foram ressaltados: a articulação com as associações nacionais de ONGs e a promoção de contatos entre ONGs e outros atores no sentido de unificar esforços e formas de atuação em relação ao Mercosul.

6) Política de comunicação

O crescimento e a organicidade da ABONG supõe canais de comunicação ágeis e permanentes - não só com as ONGs filiadas mas com toda a opinião pública. Do ponto de vista da consecução dos desafios anteriores, é também fundamental que a ABONG ocupe seu lugar na cena brasileira, como ator conhecido e interlocutor respeitado. A revitalização do jornal da ABONG, a criação de um boletim informativo via fax, a instalação de uma conferência eletrônica aberta e outra fechada, a produção de um folder, o retorno da produção e circulação dos cadernos teóricos e o estabelecimento de contatos sistemáticos com a grande imprensa são requisitos importantes para



uma política de comunicação que deverá se iniciar imediatamente e perdurar por todo o período que foi objeto de planejamento.

7) Consolidação institucional das ONGs

Neste último item do planejamento para o período 94/96, o Conselho Diretor da ABONG pensou a respeito de suas responsabilidades em relação às ONGs. Estabeleceram-se como desafios: a colaboração com idéias e ações para a sustentação política e financeira das ONGs filiadas; a participação da ABONG na consolidação das ONGs do ponto de vista político-jurídico e fiscal, assim como em outros modos de institucionalização autônoma da sociedade civil; e, ainda, a criação de oportunidades de discussão e elaboração de critérios de avaliação insti-

tucional das filiadas. A concretização desses objetivos se realizará por uma gama de medidas que incluem a capacitação de quadros, a produção de um guia de oportunidades de cursos e atividades no exterior (até outubro de 1995) e o estabelecimento de convênios com Universidades, cursos livres etc, no sentido da obtenção de bolsas de estudo em gestão, comunicação e marketing para ONGs no próprio país; a socialização de informações e debates a respeito de recursos nacionais; a formulação de bases jurídicas para as ONGs.

A concretização desses resultados - que são um compromisso assumido por toda a Diretoria da ABONG - dependerá obviamente do esforço coletivo e dos recursos financeiros disponíveis. ■

CIBELE SALIBA RIZEK é socióloga e assistente da Diretoria da ABONG

Uma agenda para a América Latina

Será realizado em São Paulo, ainda no primeiro semestre de 1995, o *Encontro Latino-Americano de Associações Nacionais de ONGs*.

A iniciativa da convocação partiu das associações nacionais de ONGs da Bolívia, Brasil, Chile, México e Uruguai, cujos representantes estiveram presentes no Rio de Janeiro, em outubro de 1994, participando da reunião do Civicus (importante articulação mundial de ONGs). Nas dis-

cussões que mantiveram na oportunidade, eles concluíram que chegou o momento de se construir uma agenda comum para as organizações não governamentais da América Latina, definindo prioridades e possibilidades de intervenção conjunta no cenário internacional.

Representantes da Interamerican Foundation, da Fundação Mott e da Fundação Ford, também presentes na reunião do Civicus, já asseguraram o apoio fi-

nanceiro para a realização do *Encontro*. A proposta inicial foi encampada e detalhada pelas associações nacionais e redes de ONGs presentes no Encontro Latino-Americano de ONGs de Desenvolvimento, realizada na Colômbia em novembro último.

Entre as iniciativas imediatas aprovadas nessa ocasião, ficou decidido que:

1. as associações nacionais e redes de ONGs deverão apresentar suas sugestões para a construção da agenda do *Encontro* e intercambiar seus documentos básicos;
2. será criada uma conferência eletrônica de associações nacionais e redes de ONGs para preparar o evento;
3. a ABONG será o ponto de contato para a coordenação do evento.

Opinião

A ABONG e as relações internacionais

SONIA CORRÊA

O debate internacional da década de 90 diferencia-se muito daquele travado nas décadas anteriores. Primeiro, porque as antigas conferências se davam no contexto da ordem bipolar - o que já não acontece hoje. Em segundo lugar, porque nunca como nos anos 90 as sociedades civis nacionais tiveram tantas oportunidades de estar presentes nesses debates. Particularmente nas conferências da ONU - e a ECO 92 expressa isso com muita clareza - houve uma entrada maciça das ONGs: participando, intervindo, monitorando.

Com suas muitas variações, existe de fato um único tema em debate no mundo contemporâneo, que é aonde nos leva o desenvolvimento, quais são suas referências, diretrizes e lógicas predominantes. Não se trata de uma questão longínqua, mas de algo que repercute diretamente em nossa realidade imediata. Participar desse debate, conhecer as posições em disputa, intervir em sua formulação e nas políticas que dela decorrem é algo que se reveste da maior importância para quem pretende atuar na vida social.

O Brasil é um país extremamente autárquico: grande, continental, complexo, que fala uma língua rara. Sua tendência é voltar-se muito para si mesmo, como ocorre com todos os grandes países (Rússia, China, Estados Unidos). A diferença é que, no caso desses outros, a própria posição geopolítica que ocuparam ou ocupam no mundo obrigou-os a entrar decididamente no debate internacional. Isso não ocorre com o Brasil. Há aqui muitas limitações em termos de entendimento do que se discute hoje no mundo. É uma situação muito diferente da Índia, que também é um país grande e, no entanto, tem uma conexão visceral com o debate internacional. O que não é de se estranhar, uma vez que Índia só foi descolonizada em 1948.

Esse isolamento, esse caráter autárquico do Brasil se reflete na prática das ONGs brasileiras, que ainda têm muitas dúvidas sobre a importância de participar dos fóruns internacionais. Nos países pequenos, como são, por exemplo, os da América Central e do Caribe, a presença e a densidade do discussão internacional na

sociedade civil, principalmente entre as ONGs, são incomparavelmente maiores. Essa característica peculiar do Brasil deve ser enfatizada, porque sinaliza para a ABONG a importância de dedicar atenção e iniciativas concretas a essa área.

Apesar da reticência das ONGs brasileiras, ao menos parte delas detem um conhecimento sobre o debate internacional que está a alguns anos-luz de distância da grande maioria dos atores da sociedade brasileira - inclusive atores muito poderosos, como o Parlamento. Essa aquisição das ONGs é muito importante porque, historicamente, o Itamaraty e alguns setores empresariais sempre detiveram o monopólio da participação no debate internacional. A ruptura desse monopólio que as ONGs podem promover é um elemento da maior relevância no processo de democratização da sociedade brasileira, principalmente num contexto de globalização como o atual. ■

Sonia Corrêa é arquiteta com especialização em antropologia, coordenadora da área de pesquisa do IBASE e membro da Diretoria Executiva da ABONG.

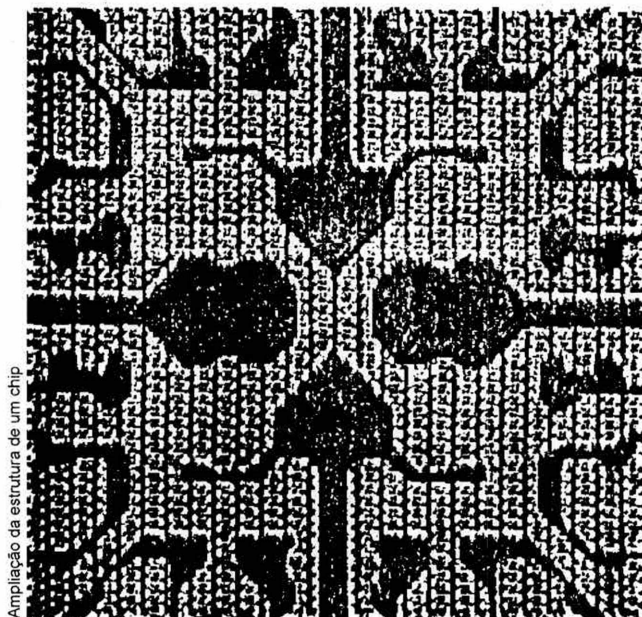
Reunião com o Itamaraty

O Itamaraty recebeu, em novembro último, representantes de algumas ONGs brasileiras e o presidente da ABONG, para uma reunião de alto nível, coordenada por seu Secretário Geral, embaixador Roberto Abdenur.

O convite do Itamaraty ocorreu após o organismo ter tomado conhecimento de um documento assinado por várias entidades presentes na reunião do Civicus, no Rio de Janeiro, entre elas a ABONG, criticando as posições básicas anunciadas pelo governo Clinton para a Cúpula das Américas, realizada em Miami em dezembro de 1994. Entre os pontos criticados, estava a proposta de criação de fundações nacionais, que, utilizando recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, financiariam diretamente as ONGs. Não ficava claro se essas fundações seriam meros braços executivos do BID ou se as ONGs teriam assento nelas, com direito de influir nas políticas a serem adotadas.

Na reunião do Itamaraty, o embaixador Roberto Abdenur expôs as posições a respeito da Cúpula das Américas defendida pelo Grupo do Rio (que reúne todos os países das Américas, exceto os Estados Unidos), enfatizando as convergências com as preocupações expressas pelas ONGs. Decidiu-se também, na oportunidade, a criação de um grupo permanente de consultas entre o Itamaraty e as ONGs - que é um de nossos objetivos programáticos.

Banco de Informações



Ampliação da estrutura de um chip

Uma das maiores demandas que a ABONG tem recebido - tanto das próprias ONGs como das agências de cooperação e fundações internacionais que financiam ONGs brasileiras - é saber quem é quem ou quem trabalha com o que no mundo das organizações não governamentais. Coletar, sistematizar e socializar informações dessa natureza são necessidades urgentes. Em Nova York, existe o Foundation Center, financiado pelas agências americanas de filantropia e cooperação, que possui um amplo cadastro sobre as fundações existentes, suas linhas de atuação, prioridades etc. Nos mesmos moldes, constituiu-se recentemente em Bruxelas o European Foundation Center. Inspirada nesses exemplos, a ABONG pretende instalar um Banco de Informações informatizadas no Brasil.

Para desenvolver esse projeto, a ABONG contará com o apoio financeiro do Synergos Institute e da Fundação Mott e com a assessoria técnica do Gadys, organização não governamental argentina com experiência nessa área.

Constará do Banco de Informações:

- um cadastro das ONGs brasileiras;
- um cadastro das redes nacionais e internacionais das quais as ONGs brasileiras fazem parte;

- um cadastro das fundações e agências de cooperação internacionais que atuam no Brasil;

- um cadastro das instituições nacionais que financiam projetos relacionados com as ONGs.

O Banco de Informações deverá estar instalado até julho de 1995, sendo a partir de então permanentemente alimentado por novos dados. Para possibilitar a socialização das informações, cada uma das cinco regionais da ABONG receberá um computador, que será municiado, via Alternex, com os dados coletados por nossa sede nacional, em São Paulo.

A experiência argentina mostrou que, a partir de um certo volume de dados contidos no Banco de Informações, passa a ser do interesse das ONGs e fundações se inscreverem nele. Assim, num momento em que as ONGs estão cada vez mais em evidência e ao mesmo tempo vivem o paradoxo da crise financeira, esta iniciativa vem proporcionar elementos essenciais principalmente para as pequenas e médias organizações não governamentais, que têm ainda pouco acesso às linhas de financiamento.

A partir da implantação do projeto, estarão disponíveis, na sede nacional e nas regionais da ABONG, formulários para todas as instituições que queiram se cadastrar no Banco de Informações.

Meio ambiente e sociedade: Agenda 95

ELIZABETH GRIMBERG, NILO SÉRGIO DINIZ E ROBERTO KISHINAMI

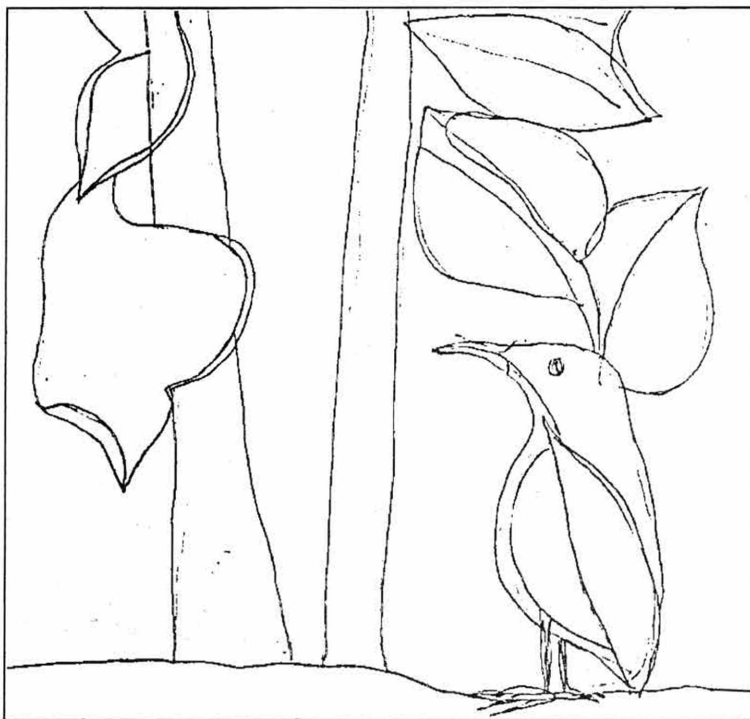
Em novembro último, o barco "MV GreenPeace" esteve no Brasil, denunciando agressões ao meio ambiente na Amazônia. Após um percurso de quase 12 mil quilômetros, a embarcação atracou no porto de Santos, onde, numa coletiva de imprensa, o GreenPeace, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e a ABONG lançaram a Agenda 95 - uma plataforma que vai reunir propostas das ONGs e movimentos sociais no campo sócio-ambiental a serem encaminhadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Congresso Nacional.

A idéia é recolher - entre as entidades, movimentos, redes e fóruns - sugestões de medidas a serem tomadas pelo governo já no ano de 1995, pautadas pelo critério de desenvolvimento sustentável com equilíbrio ambiental e justiça social. Essa iniciativa vem-se somar às resoluções do 11º Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que definiu uma agenda sócio-ambiental de mais longo prazo, a ser apresentada nos primeiros meses de 1995. O modelo de desenvolvimento adotado no país vem impondo um uso superintensivo dos recursos naturais, sem a contrapartida de políticas governamentais realmente efetivas de controle e conservação do meio ambiente. Os efeitos tem sido desastrosos, promovendo acelerada degradação ambiental e comprometendo a segurança, a saúde e a qualidade de vida da população. Está na hora da sociedade civil

brasileira assumir o papel que lhe cabe na transformação desse estado de coisas.

Existem hoje, no Brasil, numerosas entidades, movimentos, redes e fóruns, que cresceram com a democratização do país e se transformaram em atores substantivos no processo de construção da cidadania. A

atribuições. Ao mesmo tempo, deve ser fortalecida a participação da sociedade civil organizada, através de organismos como o CONAMA e o Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável;



José Tadeu Arantes

Agenda 95 pretende ser uma referência imediata para a prática dessas organizações e suas gestões junto ao governo e ao Congresso Nacional.

Num processo amplo de consultas e debates, espera-se fazer da Agenda 95 um documento abrangente em busca da construção democrática de um projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil. Para animar as discussões, apresentamos, desde já, as seguintes propostas iniciais:

1. adoção de critérios ambientalistas em todos os campos da ação governamental. Para isso, o Ministério do Meio Ambiente precisa ser dotado das condições necessárias ao cumprimento de suas

2. rompimento do Acordo Nuclear Brasil - Alemanha, interrompendo-se a continuidade das obras de Angra II;

3. demarcação imediata das terras indígenas, conforme determina a Constituição Federal;

4. abertura, pelo governo federal, de um amplo debate sobre o Mercosul, de forma a que as questões ambientais e sociais sejam devidamente contempladas.

Os interessados em participar das discussões da Agenda 95 podem entrar em contato com os autores deste artigo nos seguintes telefones:

Elizabeth Grimberg- Tel.: (011) 820-2945; Fax: (011)

820-5272 / Nilo Sérgio Diniz - Tel.: (011) 607-8500; Fax: (011) 2395274 / Roberto Kishinami - Tel.: (011) 851-2972; Fax: (011) 881-4940. ■

Elizabeth Grimberg é socióloga, diretora do Instituto Pólis e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento;

Nilo Sérgio Diniz é sociólogo, assessor da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento;

Roberto Kishinami é físico, diretor da GreenPeace - Brasil.